

PREÂMBULO

PROCESSO № 032/2015 PREGÃO (PRESENCIAL) № 017/2015 TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM

ENCERRAMENTO: DIA 28 DE MAIO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE TRANSMISSÃO, FLUÍDO DE FREIO

E GRAXA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

O Senhor Leonardo Gomes da Silva, Prefeito do Município de Cardoso, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, torna público que se acha aberta, nesta municipalidade, licitação na modalidade PREGÃO (presencial), do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM — Processo nº 032/2015, objetivando a AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE TRANSMISSÃO, FLUÍDO DE FREIO E GRAXA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, nos termos do item I deste edital e seus anexos, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal nº 2.049, de 02 de maio de 2006, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, e, subsidiariamente, no que couber, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no local abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada no Paço Municipal, sito à Rua Dr. Cenobelino de Barros Serra, nº 870, iniciando-se no dia **28 DE MAIO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS**, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados por Portaria.

I - DO OBJETO

- 1.1 Compreende o objeto desta licitação a **AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE TRANSMISSÃO, FLUÍDO DE FREIO E GRAXA** para manutenção dos veículos da frota municipal, a serem fornecidos, parceladamente, conforme a necessidade, cujas quantidades e especificações estão descritas no ANEXO I do presente edital.
- 1.2 Os produtos deverão ser de PRIMEIRA LINHA, e atender aos padrões de qualidade reconhecidos pelo mercado nacional e normas brasileiras vigentes.
- 1.3 Os produtos objeto desta licitação deverão estar devidamente homologados por montadora de veiculo e possuir registro junto à Agencia Nacional de Petroleo ANP.

II - DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar deste certame todas as empresas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, e que atendam as condições constantes deste Edital, que estejam de acordo com a legislação vigente (Federal, Estadual e Municipal) que o regulamente.
- 2.2 Não será permitida a participação de pessoa física, de consórcio de empresas, de empresas em regime de falências ou concordata, estando também abrangida pela proibição aquela que esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária de licitar ou contratar com a Administração e que tenha sido declarada inidônea para contratar ou licitar com a Administração Pública de qualquer nível, sem contar ainda com as demais proibições elencadas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

III - DO CREDENCIAMENTO

- **3.1 -** Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, em original ou em cópia autenticada, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;



b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular (**reconhecida firma**), conforme modelo referencial - Anexo III, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

- 3.1.2 DEVERÁ SER APRESENTADO, FORA DOS ENVELOPES № 1 E 2, CÓPIA DO DOCUMENTO COMPETENTE DENTRE OS RELACIONADOS NA ALÍNEA "A" DO ITEM 3.1. A NÃO APRESENTAÇÃO DO MESMO IMPEDIRÁ O CREDENCIAMENTO.
- **3.2** O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- **3.3** Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- **3.4** Iniciada a fase de lances, o credenciado não poderá se ausentar da sessão, salvo autorização expressa do Pregoeiro que fará constar em ATA. A ausência do Credenciado, antes do início da fase de lances, não determina a exclusão da licitante, entretanto não poderá participar da fase de lances e demais prerrogativas legais dos licitantes credenciados.
- IV DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- **4.1** A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo referencial Anexo II do Edital, deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.
- 4.2 Para fins de se valer das vantagens previstas pela Lei Complementar nº 123/2006, as empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar Certidão de enquadramento expedida pela Junta Comercial, conforme prevê a Instrução Normativa 103/2007, de 30 de abril de 2007, ou outro documento equivalente que comprove tal situação, podendo ser uma declaração, conforme modelo referencial anexo. (FORA DOS ENVELOPES 1 e 2).
- **4.3** A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Razão Social do Proponente Envelope nº 1 - Proposta Pregão nº 017/2015 Processo nº 032/2015

Razão Social do Proponente Envelope nº 2 - Habilitação Pregão nº 017/2015 Processo nº 032/2015

- **4.4** A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa ou outro equivalente e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- **4.5** Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 5.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- a) Razão Social, endereço completo, telefone, e-mail (se houver), CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal da proponente;
- b) número do processo e do Pregão;
- c) descrição, de forma clara e completa, dos itens objeto desta licitação, com o qual a proponente pretende participar, em conformidade com as especificações deste edital e indicação da **marca**;



.....

- d) preço unitário e total de cada item, com o qual a licitante pretende participar, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- e) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 30 dias.
- f) condição de pagamento: de conformidade com o item XI do edital.
- g) Declaração de que o produto proposto atende a especificações técnicas mínimas exigidas no edital;
- h) A licitante deverá anexar à proposta, boletim e/ou ficha técnica com informações técnicas de todos os produtos por ela proposto.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cópia autenticada do Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia autenticada do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Cópia autenticada dos Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- **d) Cópia autenticada do** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Cópia autenticada do Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- * Os documentos citados na letra "a", "b", "c", "d" e "e", quando apresentados em cópia autenticada, na fase de credenciamento, será dispensado a apresentação dentro do envelope nº 002 "habilitação".

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- **b)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante. Caso a sede da licitante seja fora deste Município e mantenha filial (is) em Cardoso, apresentar também desta.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, (DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO) da sede a licitante;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. (Instituída pela Lei Federal nº 12.440/2011).
- * Os documentos emitidos via Internet dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério da Prefeitura Municipal a comprovação da veracidade dos mesmos.
 - 6.1.2.1 Microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação exigida neste item mesmo que com alguma restrição, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), artigo 43, § 1º.

6.1.3 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração elaborada em papel timbrado ou outro equivalente e subscrita pelo representante legal da licitante, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho. *(modelo referencial Anexo).*
- b) Declaração elaborada em papel timbrado ou outro equivalente e subscrita pelo representante legal da licitante, asseverando que a licitante não está declarada inidônea por qualquer órgão da administração pública ou impedida de licitar e contratar com esta administração municipal *(modelo referencial Anexo)*.
- c) Declaração expressa da empresa participante desta licitação, de que concorda e sujeitar-se-á a todos os termos do presente Edital.



VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 7.1 No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 15 (quinze) minutos.
- 7.2 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 7.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- 7.4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela; b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 7.4.1 Para efeito de seleção será considerado o PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.
- 7.5 Eventuais falhas, omissões referente ao exigido nas alíneas do item 5.1 deste edital, desde que não influenciam diretamente nas propostas das empresas, poderão a critério do Pregoeiro ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, no ato da apreciação das propostas, visando o recebimento da melhor proposta.
- 7.6 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindose por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.6.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.7 Os lances deverão ser formulados em valores (R\$) distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observadas as reduções mínimas entre lances, estabelecida no Anexo I deste edital. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço unitário de cada item.
- 7.8. Os lances formulados não comportam desistência. Caso a licitante insista, justificadamente, na desistência do lance ofertado, e desde que aceita pelo(a) Pregoeiro(a), será desclassificada do respectivo item, sem prejuízo de lhe ser aplicado o disposto no artigo 7º, da Lei federal nº 10.520/2002.
- 7.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando restar apenas um participante e os demais declinarem da formulação de lances.
- 7.10. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para esta etapa, na ordem crescente dos valores, para fins de constar em ata sendo que, será declarada vencedora a licitante que oferte o menor valor na etapa de lances.
- 7.11. Se houver empate, previsto no artigo 44, parágrafo 2º da Lei Complementar 123/2006, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:
- 7.11.1. Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.11.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja proposta for mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada, até então, vencedora do certame, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta, procedendo o(a) pregoeiro(a) à etapa de negociação de que trata o subitem 7.12.

Rua Dr. Cenobelino Barros Serra, 870 - CEP. 15.570-000 - CX. P. 91 CNPJ (MF) 46 599 825/0001-75 Fone (017) 3466-3900 – Fax Ramal 222 Home Page: http://www.cardoso.sp.gov.br - e-mail: prefeitura@cardoso.sp.gov.br Cardoso - Estado de São Paulo

- 7.11.2.1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do (a) Pregoeiro (a), sob pena de preclusão.
- 7.11.3. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.11.1, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.
- 7.11.4. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances NÃO tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, sendo a vencedora da etapa de lances ME ou EPP não se procederá ao disposto nesses subitens.
- 7.11.5. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta daquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.
- 7.12. O(A) Pregoeiro(a) poderá continuar negociando com o autor da oferta de menor valor, com vistas à reducão do preco.
- 7.13. Após a negociação, se houver, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.13.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços dos insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, acrescidos dos respectivos encargos sociais e benefícios e despesas indiretas.
- 7.13.2. O(A) Pregoeiro(a) poderá, a qualquer momento, solicitar às licitantes a composição de preços, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários, ainda que tenha de diligenciar para tanto, podendo, inclusive, suspender o procedimento do pregão por tempo determinado.
- 7.14. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 7.15. Eventuais falhas, omissões e/ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a) substituição e complementação de documentos, ou;
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações, tais como a Internet, a qual poderá, inclusive, ser utilizada pelo representante de empresa participante, com a anuência do(a) pregoeiro(a).
- 7.15.1. A verificação será certificada pelo(a) Pregoeiro(a) e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 7.15.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios, no momento da verificação, podendo o(a) pregoeiro(a) autorizar a utilização de outro local, inclusive. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, mesmo a empresa utilizando-se de outros locais ou meios, será esta declarada inabilitada.
- 7.16. Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas neste edital, o(a) Pregoeiro(a), se necessário, diligenciará junto a qualquer órgão que se fizer necessário.
- 7.17. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s) do certame.
- 7.18. Quanto à microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05** (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 7.18.1. Não ocorrendo a regularização da documentação, no prazo previsto neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, conforme subitem 7.12 deste Edital, assinatura do contrato ou outro instrumento que o substitua, ou revogar o item ou a licitação.



.....

- 7.19. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 7.20. Caso não haja empresa selecionada para a etapa de lances com condições de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) chamará ao certame para negociar as licitantes não selecionadas para a mencionada etapa e que permaneceram no local da sessão de pregão.
- 7.21. A licitante vencedora terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento do pregão, para refazer a composição do preço de item, caso seja necessário.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 8.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 8.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 8.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 – DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- **9.1.** Os produtos objeto desta licitação serão requisitados parceladamente pelo Departamento de Almoxarifado, Manutenção de Frota e Serviços Gerais, através de emissão de Autorização de Fornecimento de Produto, podendo estas ser enviadas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.
- **9.2** —Os produtos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Municipal, localizado à Rua Duque de Caxias esquina com a Av. Romeu Viana Romanelli, município de Cardoso/SP, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da autorização.
- **9.3**. Ficará a cargo da licitante vencedora, as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação.
- **9.4.** As entregas deverão ser feitas dentro do horário de expediente da Prefeitura das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira.

X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 10.1 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.
- 10.2 No recebimento, os produtos serão conferidos e examinados por servidor público da Administração Direta Municipal, sendo constatada alguma irregularidade ou, estando os mesmos em desacordo com o solicitado, serão devolvidos para substituição, sem prejuízo à Municipalidade, sendo tomadas neste caso as providências necessárias.
- 10.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, imediatamente.



b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

XI - DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no Departamento de Contabilidade e Orçamento, com o recebimento do produto devidamente atestado por servidor da Contratante no verso do documento fiscal.
- 11.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a data de sua apresentação válida.
- 11.3 Os recursos para realização das despesas serão oriundos da Fazenda Municipal Estadual e Federal, sendo que estas correrão por conta das seguintes dotações orcamentárias:

010501 123610019 2028 33903000 01	010601 154510025 2041 33903000 01
010501 123610019 2028 33903000 02	010201 041220012 2016 33903000 01
010501 123610019 2028 33903000 05	010402 082440018 2027 33903000 01
010701 103010027 2045 33903000 01	010501 123610020 2029 33903000 01
010701 103010027 2045 33903000 02	010601 206060003 2006 33903000 01

XII - DO REAJUSTE DE PRECOS

- 12.1 A contratada poderá requerer, e a Administração poderá proceder, de ofício, ao reajuste de preços, em razão de variação verificada no mercado. O registro do reajuste dar-se-á mediante simples apostila, nos termos do § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2 A contratada só poderá pleitear reajuste de preços depois de **decorridos 60 (sessenta) dias**, contados da apresentação da proposta, devendo apresentar requerimento por escrito, instruído com notas fiscais de compra imediatamente anteriores e posteriores à variação alegada. A Administração deverá, realizar, nesse caso, pesquisa de preço junto ao mercado local ou regional, para averiguação acerca da pertinência do reajuste requerido.
- 12.3 Qualquer reajuste de preços passará a ter eficácia a partir dos fornecimentos posteriores à expedição do Termo de Apostilamento referente ao requerimento da contratada ou determinação da Administração.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

- 13.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente Edital.
- 13.1.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 13.1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 13.1.1, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 13.2 A adjudicatária deverá, no prazo de 3 (três) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao Departamento de Secretaria, Compras, Licitações e Patrimônio, sito à Rua Dr. Cenobelino de Barros Serra, nº 870 Centro, nesta, para assinar o termo de contrato.
- 13.3 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 13.1.1 ou se recusar a assinar o contrato, será aplicado às sanções nos termos do item 14.1 e serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.
- 13.3.1 Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.



13.3.2 - A divulgação do aviso ocorrerá por publicação em jornal de circulação regional, afixação em local

- 13.3.2 A divulgação do aviso ocorrera por publicação em jornal de circulação regional, atixação em local próprio no Paço Municipal e veiculação na Internet.
- 13.4 O prazo de vigência do Contrato decorrente da Licitação será até 31/12/2015, cujo inicio dar-se-á na data de sua assinatura, podendo, no interesse da administração ser prorrogado nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações.
- 13.5 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 13.6 É vedada à Contratada subcontratar ou transferir o Contrato sem estar expressamente autorizado por escrito pela Prefeitura.
- 13.6.1 Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização da Prefeitura, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais.
- 13.6.2 Em caso de subcontratação, expressamente autorizado pela Contratante, a contratada permanecerá solidariamente responsável com o subcontratado, tanto em relação à Prefeitura, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições do Contrato.
- 13.7 Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e tributos que venham a incidir no presente contrato, serão de responsabilidade civil por ato seu e ou de seus propostos, em virtude de imprudência, negligência ou imperícia.

XIV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- **14.1.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração do Município de Cardoso pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.
- **14.1.1**. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o quinto (5º) dia, na entrega dos produtos, incidente sobre o valor do fornecimento, solicitado através da Autorização de Fornecimento de Produtos (AFP), contado a partir do recebimento da mesma.
- **14.1.2**. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, quando decorridos 05 dias, ou mais, de atraso.
- **14.2.** A multa de que tratam os subitens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da licitante e quando aceitos, justifiquem o atraso.
- **14.3.** Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

XV – DA IMPUGNAÇÃO A ESTE DITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1 As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, dirigidas ao pregoeiro, por meio do email <u>prefeitura@cardoso.sp.gov.br; licitaçao@cardoso.sp.gov.br</u>, por meio de fax (17) 3466-3900, ou entregue no Prédio da Prefeitura Municipal de Cardoso, sediada à Rua Dr. Cenobelino de Barros Serra, nº 870 Centro Cardoso/SP.
- 15.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de vinte e quatro (24) horas.
- 15.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 15.4 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estipulado.

Rua Dr. Cenobelino Barros Serra, 870 - CEP. 15.570-000 - CX. P. 91 CNPJ (MF) 46 599 825/0001-75 Fone (017) 3466-3900 - Fax Ramal 222 Home Page: http://www.cardoso.sp.gov.br - e-mail: prefeitura@cardoso.sp.gov.br Cardoso - Estado de São Paulo

15.5 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do email

.....

XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.2 Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 6°, inciso X, do Decreto Municipal nº 2.049, de 02 de maio de 2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
- 16.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 16.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 16.4 O resultado do presente certame e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão divulgados em jornal de circulação regional, afixados em local próprio no Paço Municipal e no sítio eletrônico oficial do município: http://www.cardoso.sp.gov.br>.
- 16.5 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Departamento de Secretaria, Compras, Licitações e Patrimonio da Prefeitura Municipal de Cardoso/SP, localizada à Rua Dr. Cenobelino de Barros Serra, 870 Centro, após a celebração do contrato.
- 16.6 As impugnações ao edital serão regidas pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 16.7 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 16.8 Integram o presente Edital, como se de seu corpo transcrito estivesse:

Anexo I - Descrição do Objeto;

Anexo II – Minuta do Contrato;

- Anexo III Modelo referencial de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- Anexo IV Modelo referencial de instrumento particular de procuração:

seguinte: prefeitura@cardoso.sp.gov.br; licitação@cardoso.sp.gov.br.

- Anexo V Modelo referencial de declaração de situação regular perante o ministério do trabalho;
- Anexo VI Modelo de declaração referencial asseverando que a licitante não está declarada inidônea por qualquer órgão da administração pública ou impedida de licitar e contratar com esta administração municipal. Anexo VII- Modelo referencial de declaração de condição de ME ou EPP.
- 16.9 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Cardoso, Estado de São Paulo.

Cardoso, 14 de maio de 2015.

Leonardo Gomes da Silva Prefeito Municipal



ANEXO I - PROCESSO № 032/2015 - PREGÃO (PRESENCIAL) № 017/2015 TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM

I – **DO OBJETO**: AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE TRANSMISSÃO, FLUÍDO DE FREIO E GRAXA para manutenção dos veículos da frota municipal, a serem fornecidos, parceladamente, conforme a necessidade.

II - DOS PRODUTOS:

- Os produtos deverão ser de PRIMEIRA LINHA, e atender aos padrões de qualidade reconhecidos pelo mercado nacional e normas brasileiras vigentes.
- Os produtos objeto desta licitação deverão estar devidamente homologados por montadora de veiculo e possuir registro junto à Agencia Nacional de Petroleo ANP.

III – INFORMAÇÕES TÉCNICA: Apresentar anexo à proposta, boletim e/ou Ficha técnica com informações técnicas de todos os produtos propostos.

ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor de Redução entre lances
01	11	GL	Lubrificante hidráulico ATF, possui elevado índice de viscosidade, superior estabilidade de oxidação, proteção quanto a corrosão, desgaste, ferrugem e a formação de espuma – aprovado DIN 51506 VDL – embalado em balde 20 litros – 1x20.	R\$ 1,30
02	65	GL	Lubrificante automotivo grau SAE 40, para motores diesel, contendo aditivos detergentes, dispersante, anti-oxidantes, antiferrugem, anti-espumante e grande capacidade para neutralizar os ácidos corrosivos formados na combustão. Índice de viscosidade entre 95 e 105; embalado em baldo de 20 litros – 1x20.	R\$ 0,80
03	95	GL	Óleo lubrificante automotivo multiviscoso SAE 15W40 API CF/SF, para motores diesel, apresentam em sua composição, óleos básicos minerais e aditivos detergentes/dispersantes, antidesgaste, antioxidantes, antiferrugem, anti-espumante, índice de viscosidade entre 125 e 143; embalado em balde de 20 litros – 1x20.	R\$ 0,80
04	648	UND.	Oleo lubrificante automotivo multiviscoso SAE 20W50 API SL/CF, para motores a gasolina/álcool; apresentam em sua composição óleos básicos minerais parafínicos com aditivos detergentes/dispersantes, antidesgaste, anti-oxidante, antiferrugem, anti-espumante, índice de viscosidade mínimo 125; embalado em frasco de 01 litro.	R\$ 0,05
05	4	GL	Óleo lubrificante automotivo SAE 10W40 Cl4 para motores a diesel de alta performance, embalado em balde de 20 litros.	R\$ 1,90
06	16	GL	Lubrificante automotivo, grau SAE 80W90, para transmissões automotivas, API GL-5, contem aditivos a base de enxofre e fósforo, assegurando resistência aos esforços de extrema pressão, boa resistência a formação de espuma e ferrugem. Atendem a classificação MIL-L-2105 – embalado em balde de 20 litros – 1x20.	R\$ 1,30
07	5	GL	Lubrificante automotivo grau SAE 140, para transmissões automotivas, API GL-4, contem aditivos a base de enxofre e fósforo, assegurando resistência aos esforços de extrema pressão. Possuem elevada estabilidade química e não são corrosivos, boa resistência a formação de espuma e ferrugem. Atendem à classificação MIL-L-2105 — embalado em balde de 20 litros — 1x20.	R\$ 1,20
08	50	GL	Öleo lubrificante automotivo, grau ISO 68, desenvolvido para sistemas hidráulicos e equipamentos industriais, apresenta em sua composição óleo básico mineral e aditivos anti-oxidante, anticorrosivo, antidesgaste e anti-espumante – embalado em balde de 20 litros – 1x20. OBS: O produto deverá atender maquinário com pressão hidráulica equivalente a 2.500 libras.	R\$ 1,00
09	4	GL	Oleo lubrificante automotivo, grau ISO 100, desenvolvido para sistemas hidráulicos e equipamentos industriais, apresenta em sua composição óleo básico mineral e aditivo anti-oxidante, anticorrosivo, antidesgaste e anti-espumante, contendo em sua composição IPITUR AW ou equivalente – embalado em balde de 20 litros – 1x20.	R\$ 1,50
10	240	UND	Óleo para freio DOT4 – embalado em frasco de 500ml .	0,05
11	3	ТВ	Graxa tambor de 180 kg a base de sabão de lítio, óleos básicos parafinicos e aditivos antiferrugem e antioxidante. Possui resistência à água, excelente bombeabilidade e ótima aderência, trabalhando em ampla faixa de temperatura.	16,00



Fone (017) 3466-3900 – Fax Ramal 222 Home Page: http://www.cardoso.sp.gov.br - e-mail: prefeitura@cardoso.sp.gov.br Cardoso - Estado de São Paulo

ANEXO II MINUTA DE CONTRATO №......./2015 (PREGÃO № 017/2015 - PROCESSO № 032/2015)

NATUREZA: FORNECIMENTO DE PRODUTO:

Pelo presente instrumento de contrato de fornecimento de produto, que entre si fazem, de um lado o MUNICIPIO
DE CARDOSO, pessoa jurídica de direito público interno, portadora do CNPJ (MF) nº 46.599.825/0001-75, com
sede na Rua Dr. Cenobelino de Barros Serra, 870, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Sr.
LEONARDO GOMES DA SILVA, brasileiro, maior, casado, portador do RG. n.º SSP/SP e do CPF. n.º
, residente à Rua, nesta cidade, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e por
outro lado a empresa, com sede, inscrita no CNPJ nº, neste ato
representada (qualificar) residente, doravante denominada CONTRATADA,
têm entre si, justo e combinado o que adiante se seque, por intermédio das cláusulas a sequir articuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA se compromete a fornecer ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE TRANSMISSÃO, FLUIDO DE FREIO E GRAXA, para manutenção dos veículos da frota municipal, de acordo com o as especificações constantes no Anexo I deste instrumento.

- 1.1 Os produtos deverão ser de PRIMEIRA LINHA, e atender aos padrões de qualidade reconhecidos pelo mercado nacional e normas brasileiras vigentes.
- 1.2- Os produtos deverão estar devidamente homologados por montadora de veiculo e possuir registro junto à Agencia Nacional de Petroleo ANP.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA

- **2.1.** Os produtos serão requisitados parceladamente pelo Departamento de Almoxarifado, Manutenção de Frota e Serviços Gerais, através de emissão de Autorização de Fornecimento de Produto, podendo estas ser enviadas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.
- **2.2** –Os produtos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Municipal, localizado à Rua Duque de Caxias esquina com a Av. Romeu Viana Romanelli, município de Cardoso/SP, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da autorização.
- **2.3**. Ficará a cargo da contratada vencedora, as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento dos produtos.
- **2.4.** As entregas deverão ser feitas dentro do horário de expediente da Prefeitura das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira.
- 2.5 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

CLAUSULA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 3.1 No recebimento, os produtos serão conferidos e examinados por servidor público da Administração Direta Municipal, sendo constatada alguma irregularidade ou, estando os mesmos em desacordo com o solicitado, serão devolvidos para substituição, sem prejuízo à Municipalidade, sendo tomadas neste caso as providências necessárias.
- 3.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, imediatamente.
- b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



Rua Dr. Cenobelino Barros Serra, 870 - CEP. 15.570-000 - CX. P. 91 CNPJ (MF) 46 599 825/0001-75 Fone (017) 3466-3900 - Fax Ramal 222 Home Page: http://www.cardoso.sp.gov.br - e-mail: prefeitura@cardoso.sp.gov.br Cardoso - Estado de São Paulo

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR

4.1 - O valor total do presente contrato é de R\$(...............) reais.

Parágrafo Único - No preço combinado entre as partes estão inclusos além do lucro, todas as despesas e custos, transportes, tributos de qualquer natureza, seguros e todas as despesas diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS:

- **5.1** A contratada poderá requerer, e a Administração poderá proceder, de ofício, ao reajuste de preços, em razão de variação verificada no mercado. O registro do reajuste dar se á mediante simples apostilamento, nos termos do § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº.8.666/93.
- **5.2** A contratada só poderá pleitear reajuste de preços depois de **decorridos 60 (sessenta) dias**, contados da apresentação da proposta, devendo apresentar requerimento por escrito, instruído com notas fiscais de compra imediatamente anteriores e posteriores à variação alegada. A Administração deverá, realizar, nesse caso, pesquisa de preço junto ao mercado local ou regional, para averiguação acerca da pertinência do reajuste requerido.
- **5.3** Qualquer reajuste de preços passará a ter eficácia a partir dos fornecimentos posteriores à expedição do Termo de Apostilamento referente ao requerimento da contratada ou determinação da Administração.

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 6.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no Departamento de Contabilidade e Orçamento, com o recebimento do produto devidamente atestado por servidor da Contratante no verso do documento fiscal.
- 6.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a data de sua apresentação válida.

CLAUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: –

7.1-Os recursos para realização das despesas serão oriundos da Fazenda Municipal, Federal e Estadual, sendo que estas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, cujos valores estão representados no Anexo I deste instrumento:

010501 123610019 2028 33903000 01	010601 154510025 2041 33903000 01
010501 123610019 2028 33903000 02	010201 041220012 2016 33903000 01
010501 123610019 2028 33903000 05	010402 082440018 2027 33903000 01
010701 103010027 2045 33903000 01	010501 123610020 2029 33903000 01
010701 103010027 2045 33903000 02	010601 206060003 2006 33903000 01

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGENCIA

- 8.1- O prazo de vigência deste Contrato será até 31/12/2015, cujo inicio dar-se-á na data de sua assinatura, podendo, no interesse da administração ser prorrogado nos termos da Lei nº. 8.666/1993 e alterações posteriores.
- 8.2 Durante o período de vigência contratual, o fornecimento do objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Sr(a)......
- **CLÁUSULA NONA** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- **CLÁUSULA DÉCIMA** É vedada à Contratada subcontratar ou transferir o Contrato sem estar expressamente autorizado por escrito pela Prefeitura.
- § 1º Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização da Prefeitura, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais.
- § 2º Em caso de subcontratação, expressamente autorizado pela Contratante, a contratada permanecerá solidariamente responsável com o subcontratado, tanto em relação à Prefeitura, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANCÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração do Município de Cardoso pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará



a licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

- **11.1.1**. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o quinto (5º) dia, na entrega dos produtos, incidente sobre o valor do fornecimento, solicitado através da Autorização de Fornecimento de Produtos (AFP), contado a partir do recebimento da mesma.
- 11.1.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, quando decorridos 05 dias, ou mais, de atraso.
- **11.2.** A multa de que tratam os subitens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da licitante e quando aceitos, justifiquem o atraso.
- **11.3.** Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.
- **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA** Ocorrendo a violação de quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato, por qualquer das partes, fica assegurado à parte inocente o direito de rescindi-lo mediante carta simples, ficando a parte culpada obrigada a compor as perdas e danos que possam advir de seu ato de vontade.
- **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e tributos que venham a incidir no presente contrato, serão de responsabilidade da CONTRATADA, respondendo, esta, outrossim, por toda e qualquer responsabilidade civil por ato seu e ou de seus prepostos, em virtude de imprudência, negligência ou imperícia;
- **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** O presente contrato regular-se-á pelas suas cláusulas, disposições da Lei Federal 8.666/93, com alterações introduzidas e consolidadas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, pelo Edital do Pregão nº 017/2015, pela proposta da CONTRATADA e demais preceitos de direito público aplicáveis à matéria, aplicando-lhe se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos.
- **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** Será competente o Foro da Comarca de Cardoso, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seia.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicado.

Cardoso,

Pela Contratante:		
	Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	
Pela Contratada:		
	Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	
Testemunhas:		
1)	2)	



Rua Dr. Cenobelino Barros Serra, 870 - CEP. 15.570-000 - CX. P. 91 CNPJ (MF) 46 599 825/0001-75 Fone (017) 3466-3900 - Fax Ramal 222 Home Page: http://www.cardoso.sp.gov.br - e-mail: prefeitura@cardoso.sp.gov.br Cardoso - Estado de São Paulo

ANEXO I - CONTRATO Nº ***/2015 (PREGÃO Nº 017/2015 - PROCESSO Nº 032/2015)

TRAN	SPORT	TE ESC	OLAR
------	-------	--------	------

PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão = 01 Unidade Orçamentária. = 01.05 SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Executora..... = 01.05.01 Educação Básica

Funcional = 123610019 Educação

Atividades do Transporte Escolar Proj./Ativ = 2028000

Cat. Econômica = 33903000000 Material de Consumo

Fonte de Recursos= 01 **TESOURO** Fonte de Recursos= 02 TRANSFERENCIAS E CONVENIOS ESTADUAIS-VINC Fonte de Recursos = 05 TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINC

QUANT. UNID. DESCRIÇÃO VALOR TOTAL ITEM **VALOR UNIT**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL Orgão = 01

Unidade Orçamentária. = 01.07 SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E VIGIL. SANITÁRIA

Secretaria e Fundo Municipal de Saúde Unidade Executora..... = 01.07.01

Funcional = 103010027 Saúde

Atividades da Atenção Básica Proj./Ativ = 20450000

Cat. Econômica = 33903000000 Material de Consumo

Fonte de Recursos = 01 **TESOURO**

TRANSFERENCIAS E CONVENIOS ESTADUAIS-VINC Fonte de Recursos= 02

ITEM QUANT. UNID. DESCRIÇÃO VALOR UNIT. VALOR TOTAL

DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO URBANA

PREFEITURA MUNICIPAL Órgão = 01

SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS Unidade Orçamentária. = 01.06

Unidade Executora..... = 01.06.01 Secretaria e Dependencias

Funcional = 154510025 Urbanismo

Proj./Ativ = 2041000 Atividades da Secretaria e Departamentos

Cat. Econômica = 33903000000 Material de Consumo

Fonte de Recursos= 01 **TESOURO**

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

Órgão = 01 PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS Unidade Orcamentária. = 01.06

Unidade Executora..... = 01.06.01 Secretaria e Dependencias

Funcional = 154510025 Urbanismo

Proj./Ativ = 2041000 Atividades da Secretaria e Departamentos

Cat. Econômica = 33903000000 Material de Consumo

Fonte de Recursos= 01 **TESOURO**

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇAO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLADORIA

Órgão = 01 PREFEITURA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária. = 01.02 SECRETARIA MUNICIPAL ADM. FINANÇAS E CONTROLADORIA

Unidade Executora..... = 01.02.01 Administração, Finanças e Dependencias

Administração Funcional = 041220012

Atividades dos Deptos de Secret. Munin. De Adm. e Finanças Proj./Ativ = 20160000

Cat. Econômica = 33903000 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos = 01 **TESOURO**

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇAO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL Órgão = 01

Unidade Orçamentária. = 01.04 SECRETARIA MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL Unidade Executora..... = 01.04.02 Departamento de Coordenação do CRAS

Funcional = 082440018 Assistência Social Proj./Ativ = 20270000 Atividades do C.R.A.S Material de Consumo Cat. Econômica = 33903000000

Fonte de Recursos = 01 **TESOURO**

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL



Rua Dr. Cenobelino Barros Serra, 870 - CEP. 15.570-000 - CX. P. 91 CNPJ (MF) 46 599 825/0001-75 Fone (017) 3466-3900 - Fax Ramal 222 Home Page: http://www.cardoso.sp.gov.br - e-mail: prefeitura@cardoso.sp.gov.br

Cardoso - Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Órgão = 01 PREFEITURA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária. = 01.05 SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Executora..... = 01.05.01 Educação Básica

Funcional = 123610020 Educação

Proj./Ativ = 20290000 Atividades da Educação Básica Cat. Econômica = 33903000 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos= 01 TESOURO

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

PATRULHA AGRÍCOLA

Órgão = 01 PREFEITURA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária. = 01.06 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS

Unidade Executora..... = 01.06.01 Secretaria e Dependências

Funcional = 206060003 Agricultura

Proj./Ativ = 2006000 Apoio a Agricultura Municipal Cat. Econômica = 33903000 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos= 01 TESOURO

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL



Rua Dr. Cenobelino Barros Serra, 870 - CEP. 15.570-000 - CX. P. 91 CNPJ (MF) 46 599 825/0001-75 Fone (017) 3466-3900 - Fax Ramal 222 Home Page: http://www.cardoso.sp.gov.br - e-mail: prefeitura@cardoso.sp.gov.br Cardoso - Estado de São Paulo

ANEXO III MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARDOSO Ao(A) Sr(a). Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio. Prezado(a) Pregoeiro(a):

Declaramos, sob as penas da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, conhecer e aceitar todas as condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015 – PROCESSO Nº 032/2015, bem como de seus anexos e que, assim sendo, **atendemos plenamente a todos os requisitos necessários à participação e habilitação** no mesmo.

----, -- de ---- de 2015. / (assinatura) / (nome do representante legal da empresa proponente)

ANEXO IV MODELO REFERENCIAL DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

A (nome da pessoa jurídica), CNPJ nº -----, com sede na -----, através de seu representante legal infra-assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador o(a) Sr(a) -----, portador(a) da cédula de identidade RG nº -----, expedida pela -----, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015 - PROCESSO Nº 032/2015, em especial para formular lances verbais, interpor recursos e/ou deles desistir, negociar e efetuar as providências necessárias para que a outorgante mantenha-se satisfatoriamente neste procedimento.

----, -- de ---- de 2015---. / (assinatura) / (nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente, datado e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s), com <u>firma reconhecida.</u>

ANEXO V MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015 - PROCESSO Nº 032/2015, promovido pela Prefeitura do Município de Cardoso, declaro, sob as penas da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações que, nos termos do Inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93, instituído pela Lei 9.854/99, a (razão social da proponente) encontra-se em **situação regular perante o Ministério do Trabalho**, no que se refere ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, artigo 7º, da Constituição Federal.

, de de 2015. / (assinatura) / (nome do representante legal da empresa proponente)	
ANEXO VI	

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENCIAL ASSEVERANDO QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ DECLARADA INIDÔNIA POR QUALQUER ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR COM ESTA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015 - PROCESSO Nº 032/2015, promovido pela Prefeitura do Município de Cardoso, declaro, sob as penas da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações que, a empresa mencionada acima, **não está declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta Administração Municipal.**

-----, -- de 2015. / (assinatura) / (nome do representante legal da empresa proponente)

ANEXO VII – MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP REF. PREGÃO (PRESENCIAL) №....../2015 PROCESSO №....../2015.

A empresa	, inscrita no CNPJ sob o nº, p	or intermédio de	seu repres	entante legal Sr	.(a), portador c	lo Documento
de Identidade nº _	, inscrito no CPF sob o nº	DECLARA,	sob as per	nas da Lei, que o	cumpre os requisito	os legais para
qualificação	_ (incluir a condição da empresa:	Micro Empresa	(ME) ou Er	mpresa de Pequ	ieno Porte (EPP)),	art. 3º da Le
Complementar n.º	123/2006 e que não está sujeita a	a quaisquer dos	impedimen	itos do § 4º dest	e artigo, estando a	apta a usufruir
do tratamento favo	recido estabelecido nos artigos da	a citada lei.	-		-	
	_	, (de	de 2015.		

(nome/ assinatura do representante legal)



Home Page: http://www.cardoso.sp.gov.br - e-mail: prefeitura@cardoso.sp.gov.br Cardoso - Estado de São Paulo

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) № 017/2015 (AVISO DE LICITAÇÃO)

LEONARDO GOMES DA SILVA, Prefeito Municipal de Cardoso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para conhecimento de todos que se acha aberto o Processo Licitatório nº 032/2015.

MODALIDADE: PREGÃO (PRESENCIAL) № 017/2015

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM

OBJETO: ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE TRANSMISSÃO, FLUIDO DE FREIO E GRAXA PARA

MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 28 DE MAIO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS LOCAL: RUA DR. CENOBELINO DE BARROS SERRA, 870 – CENTRO

O Edital completo encontra-se à disposição de todos os interessados, no Departamento de Secretaria, Compras, Licitações e Patrimônio, da Prefeitura Municipal de Cardoso, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, no endereço supracitado, ou através do site www.cardoso.sp.gov.br. Informações pelo telefone: (17) 3466-3900.

Cardoso, 14 de maio de 2015.

Leonardo Gomes da Silva Prefeito Municipal